

5. Sindicalistas na política

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Sindicalistas na política. pp. 118-133. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5. Sindicalistas na política

Os ex-sindicalistas na CD

Esse grupo compreende os diretores e presidentes de entidades do sindicalismo oficial e de associações profissionais, como a dos funcionários públicos e de profissionais liberais. A entrada dos sindicalistas para a CD reforçou o peso das camadas das classes médias assalariadas e, em menor extensão, o das classes trabalhadoras na política brasileira, contribuindo para reduzir o espaço ocupado pelos políticos que vieram das classes proprietárias, dos homens de negócios, dos grupos de renda elevada e dos setores empresariais. Na sua maioria, os ex-sindicalistas tendem a ter posições nacionalistas, corporativas e estatizantes, definidas habitualmente como de esquerda. Portanto, no espectro ideológico da CD, o crescimento desse grupo favoreceu os partidos que foram classificados de esquerda, especialmente o PT.

A eleição do símbolo máximo de sindicalista para a Presidência da República do país deu visibilidade ao espaço ocupado na política brasileira pelos ex-sindicalistas, que, na verdade, havia muito tempo tinham passado do campo sindical para o campo político. Em outros termos: já eram políticos profissionais muito antes da eleição de Lula para a Presidência. Desse modo, os sindicalistas no governo e no Legislativo devem as posições governamentais que ocupam mais ao presidente Lula e ao PT do que à capacidade de pressão de um *lobbying* sindical capaz de impor representantes ao governo. A presença dos ex-sindicalistas mais idosos em posições de comando da administração pública política brasileira parece ter derivado mais de razões partidárias e de amizade, do antigo círculo de relações do presidente, do que da força atual do sindicalismo.

Essas observações vêm da constatação do declínio do sindicalismo como movimento social. Contudo, o modelo corporativo do sindicato único, que garante as funções de representação, qualquer que seja a capacidade de pressão dos sindicatos, mantém a força *institucional* dos sindicatos na política e na economia do país, mesmo num contexto de redução de sua capacidade de mobilização, em especial no setor privado. É esse modelo que foi execrado por aquelas lideranças chamadas “autênticas” nos anos 1980 e que permite o aumento do espaço ocupado pelo sindicalismo na

política brasileira, não como movimento social e político, mas como instituição importante pelas funções legais e burocráticas que lhe foram atribuídas em outras eras pelo poder público.

Stricto sensu, a atividade sindical remunerada não deveria ser entendida como profissão. Em princípio, um cargo na diretoria de um sindicato ou associação profissional é uma função de representação profissional obtida por eleição, por prazo determinado e fixado de antemão. Os que exercem essa função são chamados habitualmente de *dirigentes* ou *líderes* sindicais, denominação que sugere que a direção de uma entidade de representação profissional não é um emprego, mas sim uma função de representação profissional não burocrática, que vai além da autoridade e funções que um cargo na diretoria da entidade outorga.

Na verdade, o termo “dirigente sindical” serve para legitimar o emprego de milhares de funcionários em entidades inexpressivas, que se limitam a administrar o aparelho sindical sustentado financeiramente por fontes de renda obtidas com pouco ou nenhum esforço. Em muitos casos, a criação de mais um sindicato é quase um negócio que vem garantir a renda de um número de pessoas que ocupam posições remuneradas na entidade. O fato é mais do que conhecido para que nele nos estendamos mais.

Assim, ainda que posições de chefia nas organizações sindicais possam não ser entendidas como uma profissão, mas uma atividade de representação à qual se chega por meio de eleição (tal como na política), a função de administração de uma entidade de classe transforma-se em meio de vida, em emprego permanente, especialmente para os que chegam ao comando dos grandes sindicatos e associações profissionais. A atividade de representação profissional que, em princípio, deveria vigorar por tempo determinado, para um mandato, transforma-se em emprego, em profissão, tal como no caso da atividade política.

Os benefícios proporcionados pelo trabalho da representação profissional, de onde retiram a subsistência e usufruem benefícios superiores aos que auferiam na profissão original, levam os diretores de sindicatos a se esforçarem para continuar no meio sindical, se possível ascender ou passar para outro tipo de atividade mais vantajosa, porém sem retornar ao antigo emprego. E o campo profissional mais acessível aos

sindicalistas que sobem na organização sindical é o campo vizinho da política.

Muitos fatores fazem do campo político a primeira opção dos sindicalistas que desejam trocar o sindicato ou associação profissional pelo partido, saltar da área da representação profissional para a da representação política.

Sem estabelecer uma ordem de importância entre desejos e possibilidades individuais, há inicialmente uma limitação ligada à capacitação individual, fator que estreita o leque das opções profissionais dos sindicalistas que desejam passar para outra ocupação. Depois de alguns anos na atividade sindical, um presidente de sindicato provavelmente adquire habilidades administrativas e de organização.

Em compensação, com relação à sua ocupação anterior, fica defasado profissionalmente, sobretudo nestes tempos de rápida mudança tecnológica, que em geral requerem pessoal de qualificação mais elevada num mercado de trabalho mais competitivo. Além disso, depois de muitos anos de trabalho numa organização sindical, os diretores já estão na faixa de idade em que a obtenção de emprego fica mais problemática. Na verdade, as únicas habilidades para as quais se aprimoraram são as que se assemelham àquelas requeridas para a profissão de político.

Em primeiro lugar, o sindicalismo e a política são, ambos, atividades de representação de interesses de terceiros, o que significa, em princípio, que o sindicalista e o político não têm interesses próprios e dedicam a vida para melhorar a situação de outros.

Em segundo lugar, são eleitos por dada “circunscrição eleitoral” (uma categoria profissional, no caso dos sindicalistas; um segmento do eleitorado, no caso dos políticos) por tempo determinado para cumprir certas funções fora do meio socio-ocupacional de origem, para o qual raramente retornam.

Em terceiro lugar, as duas funções — em razão de resultarem de uma escolha dos membros da “circunscrição” habilitados a votar (ser sindicalizado com mensalidades em dia; ter título de eleitor, estar no gozo dos direitos políticos etc.) — contêm um componente de insegurança com relação à continuidade na atividade, isto é, a estabilidade no emprego. A

insegurança aumenta, e a tensão tende a aumentar ao final de cada mandato porque nunca há 100% de certeza de reeleição. Uma derrota pode significar desemprego e súbita queda de *status*.

Mas aqui funcionam alguns mecanismos de proteção que se assemelham aos do campo político. Companheiros sindicalistas, ou aliados externos ao meio sindical (em geral políticos), vêm em auxílio do derrotado, providenciando-lhe um cargo, normalmente uma assessoria política, uma chefia de gabinete no Legislativo ou no Executivo. Um emprego numa organização sindical pode também acontecer, mas de modo a não representar uma *capitus diminutio* para o líder (ou ex-líder).

A mesma solidariedade corporativa existe igualmente entre os políticos derrotados que são, a seguir, nomeados para alguma função remunerada no setor público, que possibilita, por um lado, a sobrevivência econômica dos que não possuem outras fontes de remuneração e, por outro, a sobrevivência política. Não se trata apenas de gestos de solidariedade, mas de uma ação política destinada a reforçar a coesão de um grupo, porque, no sindicalismo como na política, os chefes nunca estão sozinhos. Esses mecanismos de proteção são essenciais para fortalecer a solidariedade grupal e são considerados legítimos até mesmo pelos adversários, porque é algo que interessa a todos.

Em quarto lugar, as habilidades que favorecem a ascensão à condição de líder sindical são semelhantes às requeridas para entrar e subir na vida política, a começar pelo domínio da oratória, da arte da sedução e do convencimento, da capacidade de liderar e de formar um séquito.

Em quinto lugar, e ainda no plano psicossocial, a ascensão a posições de mando no meio sindical e político requer personalidades fortes, com ambição de poder além da crença (às vezes excessiva) na sua capacidade e na sua legitimidade para expressar interesses coletivos, quer dizer, definir quais são eles e como podem ser alcançados.

Em sexto lugar, as ambições políticas do dirigente sindical encontram razoáveis possibilidades de efetivação em razão da existência da máquina sindical, que, em menor ou maior medida, de modo mais manifesto ou oculto, trabalha para o êxito eleitoral do companheiro.

A passagem do mundo do sindicalismo para o mundo da política tem como passo inicial a conquista da presidência ou outro posto importante na diretoria de um sindicato poderoso, com uma ampla base de representação profissional (por exemplo, de metalúrgicos, de petroleiros, de professores, de servidores públicos) que pode servir também de primeiro degrau para ascensão interna na estrutura sindical, ou seja, das federações e confederações. Organismos centrais que “unificam” as categorias aumentam a força política de seus dirigentes e lhes abrem possibilidades de ascensão a patamares mais elevados das variadas instâncias do poder político.

O ponto máximo da carreira sindical é a chegada à presidência de uma central sindical, o que dá, de imediato, muito poder e influência no meio sindical, econômico e político, além, é claro, de tornar o presidente da central uma figura conhecida nacionalmente, com forte potencial eleitoral.

No plano das vantagens imediatas — conferências, palestras, entrevistas, viagens pelo país e para o exterior (as preferidas) —, o presidente de uma grande central sindical passa a ser um interlocutor assíduo dos meios empresariais, governamentais e políticos. As viagens, que sucedem com muita frequência para os principais dirigentes, talvez envolvam um interesse turístico, mas servem, de algum modo, para abrir os horizontes de pessoas que, contando apenas com seus próprios recursos, dificilmente ultrapassariam as fronteiras do país. Já os contatos e conchavos com chefias partidárias e governamentais elevam a influência das principais lideranças sindicais nos assuntos nacionais e as preparam para a entrada na vida pública.

Escapa ao âmbito deste trabalho aprofundar o assunto, porém não se pode deixar de mencionar o fato de que o presidente de uma central — e também das grandes federações e confederações do sistema corporativo estabelecido pela CLT — controla vastos recursos financeiros e uma grande máquina administrativa, que os diretores de sindicatos se esforçam sempre para aumentar. O presidente de uma central, nesse aspecto econômico, é como o presidente de uma empresa de médio ou grande porte. Desse modo, a chegada à direção de uma central sindical significa, para o ex-trabalhador ou ex-empregado, uma imensa ascensão social e econômica, culminação de uma carreira sindical bem-sucedida.

A importância das centrais sindicais e a própria interconexão das questões trabalhistas com os assuntos políticos, econômicos e sociais empurram as chefias sindicais para o campo político.

Desse modo, o presidente (ou um diretor) de uma central, antes mesmo de concorrer a um mandato, já começa a desempenhar um papel político que posteriormente vai facilitar sua transformação em homem público. Facilita ainda mais a transição de um campo para outro o fato de a cúpula das centrais e organizações sindicais importantes dificilmente deixar de estar ligada a algum partido ou liderança política.

Esse fato, mais a visibilidade que a ocupação de um posto máximo na central sindical proporciona, as habilidades de tipo político adquiridas na militância sindical capacitam seu presidente quase “naturalmente” a disputar um cargo político. Dependendo da importância da entidade sindical e do posto nela ocupado, os ex-sindicalistas podem entrar para a classe política “começando de cima”, quer dizer, sem passar por etapas inferiores da carreira política (câmaras de vereadores, assembleias legislativas, às vezes prefeituras) que são comuns aos que ambicionam uma carreira política, mas que ainda não contam com os trunfos necessários.

O caso paradigmático de sindicalista que entrou “por cima” na vida política, queimando etapas, é, não seria preciso dizer, o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, carreira repetida depois, em menor dimensão, por outros sindicalistas que ascenderam na política brasileira. Depois de ter dirigido três grandes movimentos grevistas no setor metalúrgico em 1978, 1979 e 1980 e de se tornado uma figura nacional, o presidente Lula candidatou-se a governador do Estado de São Paulo em 1982, sem nunca ter disputado uma eleição fora do sindicato. Teve cerca de 1,1 milhão de votos (10,8% dos votos válidos). Ficou em quarto lugar. Em 1986, candidatou-se a deputado federal na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Obteve quase 651 mil votos, dez vezes mais do que o candidato que ficou em segundo lugar no PT. Foi o candidato a deputado federal mais votado em todo o país e ajudou eleger muitos outros.

Dois outros presidentes da CUT, Jair Meneguelli, em 1998, e Vicente Paulo da Silva (“Vicentinho”), em 2002, elegeram-se também diretamente para a Câmara dos Deputados. Dos quatro sindicalistas que ocuparam a presidência da CUT depois de Lula — no período em que ocorreram

eleições —, três se candidataram diretamente a deputados federais e foram eleitos na primeira tentativa de entrar para a classe política. Quase todos, como a grande maioria dos políticos brasileiros, alimentam a ambição (legítima) de passar da esfera do poder legislativo para a do executivo. As prefeituras municipais são os cargos mais disputados, de conquista muito mais fácil do que governos estaduais. Nesse ponto, os ex-dirigentes sindicais transformados em políticos não se diferenciam de outros integrantes da classe política: 85 deputados federais da 52ª Legislatura disputaram eleições municipais em cidades com mais de 200 mil habitantes. O PT foi o partido com maior número de candidatos (vinte), seguido do PMDB (dez).¹

A CUT não é o único trampolim para a entrada por cima na política brasileira. Na Força Sindical (FS), Luiz Antonio de Medeiros Neto (“Medeiros”) também foi diretamente para a Câmara, elegendo-se deputado federal em 1998, na primeira vez em que concorreu. (Foi reeleito em 2002.) Além da presidência da CUT e da FS, cargos de direção em outros sindicatos e associações não tão importantes propiciaram igualmente a passagem do campo sindical para o campo político, o que significa dizer também passagem para um degrau superior na pirâmide da estratificação social.

Por tudo isso, a luta pela direção de uma central sindical ou de um grande sindicato não deve ser entendida apenas como disputa sindical, mas como uma luta para a captura de uma plataforma importante de entrada para a política.

A primeira condição para a transferência de campo de atuação é, portanto, a conquista de um posto na diretoria de um sindicato poderoso, de preferência a presidência, porque outros cargos, ainda que ajudem a ascensão posterior no aparelho sindical, não têm a mesma força de popularização capaz de fazer do dirigente sindical um nome conhecido pelo eleitorado. Afastando os casos de compra de votos de eleitores alienados politicamente, a entrada na política requer que o candidato seja, uma “figura conhecida”, alguém de quem “já se ouviu falar”.

Por isso, a segunda condição é a realização de uma greve importante, que atraia a atenção da mídia, se possível com resultado favorável aos

¹ Agência Câmara, apud *JB Online*, 4/10/2004.

empregados. Foi o que aconteceu no passado com muitos presidentes de sindicatos que se projetaram depois de movimentos grevistas e depois conseguiram passar para a classe política com um bom número de votos.

A importância dos aparelhos sindicais

O papel do sindicalismo na promoção de seus principais chefes é perceptível pelo número crescente de ex-sindicalistas na política brasileira e, no caso em foco, na Câmara dos Deputados. Pode-se deduzir que militância sindical foi essencial para levar pessoas sem outros recursos e trunfos pessoais para uma instância importante do sistema político nacional, que é a Câmara dos Deputados, e, em menor extensão, para o Congresso Nacional.

Contudo, a avaliação de quanto, de fato, as chamadas entidades de classe contribuíram para a eleição de seus diretores é muito difícil de ser feita. A posição de comando nas entidades de classe pode ter ajudado a ascensão de diretores de sindicatos e associações profissionais mediante apoio material ou financeiro (direto ou indireto), tal como o deslocamento de ativistas sindicais para a campanha eleitoral, confecção de material de propaganda, contato com o eleitorado etc.

A importância de cada fator é difícil de ser individualizada. Essas formas de apoio, no entanto, parecem menos importantes do que a visibilidade advinda da ocupação de uma posição de destaque na direção de um sindicato ou associação de classe. No passado, a trajetória típica para a popularização do sindicalista era a realização de uma greve de impacto que atraísse a atenção dos meios de comunicação de massas e da opinião pública e legitimasse as ambições políticas do líder do movimento grevista. Para isso, era necessário que se tratasse de uma ação efetuada por um grande sindicato de um setor importante da economia, aspectos, aliás, que se conectam. Assim, greves de metalúrgicos, de bancários, de petroleiros, especialmente, ajudaram a projetar lideranças sindicais que, depois, conseguiram entrar e ascender na política.

Esse caminho, porém, dificilmente pode ser seguido neste século 21 e tende a não conduzir a resultados equivalentes aos do passado. No Brasil de hoje, a influência da organização sindical vem mais do peso do sindicato,

federação e confederação, e mesmo das centrais, como instituições protegidas por uma legislação corporativa. Nesse ponto, nossa impressão é que o enfraquecimento do sindicalismo como movimento social foi compensado pelo crescimento do PT e do PCdoB, que contavam com muitos sindicalistas em suas fileiras, como veremos logo mais. Essas legendas serviram de porta de entrada das camadas assalariadas de classe média e de classe baixa no Legislativo federal, em alguns casos de modo direto, quer dizer, sem seguir os passos de uma carreira política mais longa, como já salientamos no caso dos bancários e dos empregados não-manuais.

O crescimento da bancada sindical

Foram considerados ex-sindicalistas somente os deputados que tiveram cargos na diretoria de alguma associação profissional, sindicato, federação ou central. Outro requisito foi que a ocupação de algum desses cargos precedesse a obtenção do primeiro mandato num período de até dois anos, a fim de dar alguma base à suposição de que a atividade sindical ajudou a entrada na política. Deputados que foram sindicalistas muito tempo antes da primeira eleição e tiveram depois outras atividades profissionais não foram computados como sindicalistas.²

O aumento da proporção de ex-sindicalistas está ligado à expansão do PT e do PCdoB na CD e também no Senado. Na eleição de 1998, foram para o Congresso 44 sindicalistas (40 para a CD). Na de 2002, o número passou para 59, sendo 53 deputados (10% da Câmara) e cinco senadores (6% do Senado). Do total de sindicalistas eleitos para a 52ª Legislatura, 43 eram do PT e sete do PCdoB. O PPS, o PFL e o PP contribuíram com um sindicalista por legenda.

² O número de sindicalistas computado por nós difere ligeiramente do apresentado pelo Diap (2002). Essa entidade incluiu na bancada sindicalista os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Fernando Lopes de Almeida (PMDB, ex-PSB, RJ). Pelo critério que adotamos, o deputado Nelson Pellegrino foi classificado de *advogado* apesar de ter tido funções de assessoria junto a sindicatos, as quais podem ter ajudado sua eleição. Já o deputado Fernando Lopes foi classificado de economista e professor universitário, apesar de ter sido diretor do Sindicato dos Economistas no Rio de Janeiro no período de 1980-1982. Contudo, obteve o primeiro cargo eletivo muitos anos depois (em 1987, quando se elegeu deputado estadual). Sua carreira profissional é claramente ligada ao magistério universitário, com mestrado e doutorado pela FGV (fonte: CD).

Quadro 7: Sindicalistas por partido

52ª Legislatura		
Partidos	N	%
PT	43	81,4
PCdoB	7	13,2
PPS	1	1,8
PL	1	1,8
PP	1	1,8
Total	53	100

Vem do crescimento das bancadas dos partidos de esquerda o aumento do número de sindicalistas na política brasileira, de modo geral, e na CD, de modo particular. Assim, na legislatura eleita em 1998, 40 sindicalistas foram eleitos deputados federais (7,8% do total da CD). Na composição do atual Senado, cinco senadores foram diretores de sindicatos. Com exceção do senador Paulo Paim (ex-metalúrgico), quase todos vêm de sindicatos de assalariados não-manuais: três professoras, uma bancária e um metalúrgico (já citado), todos eleitos pela legenda do PT. Em termos de gênero, quatro mulheres e um homem.

A análise da profissão dos sindicalistas eleitos sob as legendas do PT e do PCdoB mostra que foram principalmente setores das classes médias assalariadas sindicalizadas, mais do que os das classes populares, que utilizaram a porta sindical para a entrada na classe política. Dois fatores que se interpenetram podem explicar a ascensão desses setores de classe média de escolaridade elevada nos partidos de esquerda, especialmente do PT. Pelo lado sindical, houve a grande expansão do sindicalismo do setor público de assalariados não-manuais, das áreas da saúde e da educação, em particular. Pelo lado partidário, houve a ascensão desses setores dentro do PT e a redução da proporção de trabalhadores manuais e operários nos organismos de cúpula desse partido, fortalecendo as feições de classe média do partido.³

³ Ver Raquel Meneguello, *PT. A Formação de um Partido, 1979-1982* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989); Leôncio Martins Rodrigues, “A Composição Social da Liderança do PT”, em L. M. Rodrigues, *Partidos e Sindicatos* (São Paulo: Ática, 1990); L. M. Rodrigues, “PT: A New Actor in Brazilian Politics”, em Fernando J. Devoto e Torcuato Di Tella (orgs.), *Political, Culture, Social Movements and Democratic Transition in South America in the Twentieth Century* (Milão: Feltrinelli, 1997); Carlos Alberto Novaes, “PT: Dilemas da

Na 52ª Legislatura, a porcentagem de sindicalistas eleitos pela legenda do PT foi de 81%; pela do PCdoB, 13%. Dos 53 ex-sindicalistas eleitos, 52 o foram por partidos de esquerda, sendo o PT o principal canal de entrada para a classe política. O dado é indicativo da vinculação entre os sindicatos e associações de classe e o PT, observação que deve ser estendida para o PCdoB: 48% dos parlamentares petistas e 58% dos do PCdoB eram diretores de sindicatos ou associações profissionais.

O declínio do sindicalismo do setor privado, especialmente dos sindicatos de trabalhadores manuais da indústria, reflete-se nos meios profissionais e ocupacionais de onde veio a maioria dos parlamentares que foram sindicalistas, ou seja, sindicatos de não-manuais (em primeiro lugar professores e depois médicos e bancários), bem como de outras categorias que também costumam ser incluídas num dos estratos intermediários da sociedade.

A classificação em manuais e não-manuais deve ser tida como mera indicação a partir do ramo ou do setor de atividade, com uma margem de erro que não tivemos condição de calcular. Para o caso de alguns sindicatos profissionais (como os de professores, médicos, economistas etc.) não é difícil supor que sejam todos de não-manuais.

A distribuição total das entidades a que pertenciam os deputados que foram diretores de sindicatos é a seguinte: professores, 11; bancários, nove; médicos, sete; metalúrgicos, seis; petroleiros, três; trabalhador rural, três; servidor público, três; metroviário, dois; economista, um; têxtil, um; urbanitário, um; eletricitário, um; engenheiro, um; arquiteto, um; papel e celulose, um; gráfico, um; telefônico, um.

Quadro 8: Tipos de sindicatos

52ª Legislatura		
Sindicatos	N	%
Não-manuais	34	64,1
Manuais	16	20,2
Rurais	3	5,7
Total	53	100

Burocratização”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, mar. de 1993; Margaret Keck, *PT A Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira* (São Paulo: Ática, 1991).

Os ex-docentes vêm geralmente de escolas públicas. Em 1998, entre os professores cujo setor de ensino conseguimos identificar, oito eram de instituições do ensino público, superior ou colegial. Em 2002, 14 foram eleitos. A diferença, em termos absolutos, é pequena, mas o crescimento foi de 57%. Embora os sindicalistas e outros parlamentares do PT vindos de algum segmento do setor público não formem a maioria da bancada, é visível que o PT encontra mais facilidade de avanço entre as categorias profissionais da administração pública, como já tinha ficado evidenciado quando comentamos o perfil dos deputados que tinham sido bancários.

Por outro lado, o crescimento da bancada sindicalista entre empregados não-manuais, especialmente professores, mas também médicos, favorece a participação feminina na CD. Para a 51ª Legislatura, foram eleitas quatro deputadas sindicalistas num total de 39, quer dizer, 10,3%. Para a 52ª Legislatura, foram para a Câmara oito mulheres sindicalistas num total de 53, o que representa 15,1% do total de sindicalistas. Esse aumento é outro fator que contribui para a tornar mais diversificada a composição do Legislativo federal.

Chama a atenção, também, quando se coteja os ex-sindicalistas das duas legislaturas, a pequena variação na composição profissional dos deputados que vieram do sindicalismo, dado que não causa surpresa à luz da comparação entre o conjunto das bancadas do PT e do PCdoB, já comentada. Na verdade, as mudanças na composição das legislaturas tendem a ocorrer em pequena escala. No exame das mudanças na composição das “bancadas sindicais”, seria difícil que o padrão fosse diferente.

Como dissemos, a classificação em manuais e não-manuais, feita a partir da categoria profissional ou do setor de atividade (Quadro 8), deve ser tida como indicativa. Para certos casos, não conseguimos saber exatamente a função e/ou tipo de trabalho exercido na empresa, quer dizer, se manual ou não, ainda que o sindicato esteja no setor industrial.⁴

Outra fonte de informação da composição social dos ex-sindicalistas vem do exame das profissões e ocupações. Na 52ª legislatura, a soma de

⁴ O modelo sindical brasileiro não exige que o empregado de uma empresa do ramo metalúrgico, mecânico e de material elétrico, por exemplo, seja necessariamente um operário manual, embora seja habitualmente designado como “metalúrgico”.

apenas três profissões (profissionais liberais, professores e empregados não-manuais em serviços) chega a cerca de 68% do total da “bancada sindical”. Na 51ª, esse grupo era aproximadamente de 59%. O crescimento veio principalmente da grande expansão de sindicalistas de associações de professores na Câmara eleita em 2002. Em números absolutos, oito sindicalistas do magistério público elegeram-se em 1998; em 2002, 14 foram eleitos.

Tabela 24: Profissões agregadas dos sindicalistas

Níveis de escolaridade	51ªLegislatura		52ªLegislatura	
	N	%	N	%
Profissões liberais tradicionais	9	23,1	14	26,4
Outros profissionais	2	5,1	2	3,8
Empresários	2	5,1	1	1,9
Professores	10	25,6	15	28,3
Setor público	1	2,6	4	7,6
Comunicadores	2	5,1	0	–
Empregados não-manuais em serviços	4	10,3	7	13,2
Técnicos em geral	6	15,4	6	11,3
Metalúrgicos	6	15,4	7	13,2
Trabalhadores agrícolas/lavradores	2	5,1	3	5,7
Padres	1	2,6	0	–
Total de sindicalistas	39	115,4	53	111,4
Total de profissões	45	–	59	–

Maior precisão quanto às origens ocupacionais dos ex-sindicalistas pode ser obtida por meio de uma relação ainda mais desagregada das profissões dos sindicalistas na 51ª e 52ª Legislaturas. Os dados da tabela seguinte mostram o aumento da predominância das ocupações e atividades profissionais que requerem nível elevado de formação educacional, principalmente médicos e professores, como já mencionamos. Apesar disso, consideradas as profissões isoladamente, a proporção de metalúrgicos continuou alta, só superada, na 52ª Legislatura, pelos professores, médicos e bancários.

A comparação das ocupações e profissões dos sindicalistas das duas legislaturas é indicativa de declínio da força dos sindicatos de trabalhadores fabris do setor privado e dos sindicatos de assalariados não-manuais,

geralmente do setor privado.⁵ O número de sindicalistas vindos de entidades do setor fabril ou de trabalhadores manuais aumentou, mas os de não-manuais cresceu mais. Os metalúrgicos passaram de cinco para seis. Os professores, de dez para 15; os médicos, de quatro para sete; e os bancários, também de quatro para sete, para citarmos os casos mais expressivos.

Tabela 25: Profissões desagregadas dos sindicalistas*

Profissão/ocupação	51ªLegislatura		52ªLegislatura	
Advogado	1	2,5	1	1,9
Médico	4	10,3	7	13,2
Engenheiro	3	7,7	4	7,5
Farmacêutico	1	2,5	2	3,8
Economista	1	2,5	1	1,9
Sociólogo	1	2,5	–	–
Arquiteto	–	–	1	1,9
Prof. do ens. publ. sup.	4	10,3	4	7,5
Prof. do ens. priv.sup.	2	5,1	–	–
Prof. do colegial. publ.	2	5,1	5	9,4
Prof. do colegial priv.	–	–	1	1,9
Prof. do ensino fund. Publ.	2	5,1	5	9,4
Jornalista	2	5	–	–
Padre	1	2,5	–	–
Empresário urbano	1	2,5	–	–
Corretor	1	2,5	–	–
Representante comercial	–	–	1	1,9
Auditor do gov. federal	–	–	1	1,9
Chefe de gabinete, assessor gov. estad.	–	–	1	1,9
Chefe de gabinete, assessor gov. mun.	–	–	1	1,9
Agente administrativo	–	–	1	1,9
Servidor público	1	2,5	–	–
Bancário	4	10	7	13,2
Técnico agrícola	1	2,5	–	–

⁵ Esse movimento não está na contramão do que acontece atualmente em outros países, inclusive onde o sindicalismo foi muito poderoso: declinou o sindicalismo de trabalhadores fabris e de operários manuais, especialmente do setor privado, enquanto aumentou a importância do sindicalismo do setor público. Analisei o fenômeno da crise do sindicalismo em outra obra. Não é caso de, neste trabalho, entrar em mais detalhes sobre esse assunto. Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (São Paulo: Edusp, 2002).

Programador de produção	1	2,5	1	1,9
Delineador naval	1	2,5	1	1,9
Técnicos	3	7,5	4	7,5
Gráficos	1	2,5	1	1,9
Metalúrgico, mecânico	5	12,5	6	11,3
Lavrador	2	5	3	5,7
Total de sindicalistas	39	53	–	–

*A soma dos percentuais é maior que 100% porque alguns deputados possuíam mais de uma profissão/ocupação.

O grau de escolaridade fornece outras indicações para a avaliação das origens sociais dos ex-diretores de sindicatos e associações profissionais: 60% têm instrução de nível superior completo; 15% tem superior incompleto, e somente 8% declararam escolaridade de nível elementar (Quadro 9). No caso do PCdoB, os níveis de escolaridade são mais altos do que os do PT, em parte porque nenhum trabalhador industrial ou lavrador elegeu-se por sua legenda: na 52ª Legislatura, seis dos ex-sindicalistas comunistas tinham formação superior e um tinha curso técnico e superior incompleto (em Geografia). A bancada de sindicalistas do PCdoB, porém, é muito pequena para possibilitar uma análise estatística: apenas três na 51ª e sete na 52ª. Por isso, não estão apresentados em tabela. Notemos, apenas, que, dos sete sindicalistas comunistas, três eram formados em Medicina. No caso dos petistas, com 43 ex-sindicalistas, havia apenas dois médicos. Em troca, 11 dos ex-dirigentes sindicais petistas (25,6%) vieram de entidades do setor da educação contra apenas um caso do PCdoB, dado que reforça a observação já feita sobre a origem social um pouco superior dos parlamentares comunistas.⁶

Quadro 9: Escolaridade dos sindicalistas

52ª Legislatura	
Escolaridade	%
Elementar	7,5
Secundária	3,8
Técnico	9,4
Superior incompleto	15,1
Superior completo	60,4

⁶ Esses dados não estão apresentados em tabelas e foram retirados dos perfis biográficos (fonte: CD).

Sem informação	3,8
----------------	-----

Observação final

O uso das profissões e ocupações como indicadores de pertencimento a agrupamentos socioeconômicos mais amplos — que costumamos chamar de classes sociais — é sempre sujeito a discussão, como, aliás, o conceito de classe social. No caso em exame, ademais, faltam informações mais exatas, individualizadas, que ofereçam uma percepção mais clara do *status* dos deputados que vieram do sindicalismo. Apesar disso, com as imprecisões inevitáveis, classificados pelos níveis de escolaridade, aparentemente cerca de 10% dos sindicalistas da 52ª Legislatura estariam nas classes populares e o restante, nas classes médias.

Mas são avaliações muito gerais. Algumas atividades profissionais de nível de instrução relativamente alto, como as dos professores do ensino médio, são mal remuneradas se comparadas com as de trabalhadores de setores industriais do setor privado, como os operários qualificados do ramo metalúrgico, petroleiro, petroquímico e outros. Os docentes do setor público dos níveis elementares provavelmente ficariam entre as classes médias baixas. Desse modo, a conclusão, com margem menor de erro, mas por isso mesmo com dose maior de generalidade, é que o recrutamento político pela via do sindicalismo e outras associações profissionais tende a levar à Câmara (e provavelmente a outras instâncias dos poderes Legislativo e Executivo) sobretudo assalariados dos estratos intermediários, que ocupam espaços antes pertencentes a políticos das classes altas. O crescimento da “bancada sindical” é, pois, mais um fator de popularização da classe política brasileira e do avanço dos setores da classe média assalariada e instruída no sistema político brasileiro.